

ANC
página 11

15 MAR 1987

JORNAL DO BRASIL

Cândido & companhia

Wilson Figueiredo

BASTARAM dois anos para se instituir a república das nossas excentricidades. Deseconomia e desconstituente, com efeito, fazem o saldo dos dois anos. Poucas épocas conseguem passar à história com o saldo de uma economia em que o automóvel usado é vendido por preço superior ao novo, e uma constituinte que recebe a encomenda de fazer uma nova constituição mas é proibida de recondicionar a que entrou em desvigor.

A tal ponto já se confunde Sarney com o passado, que nem faz cerimônia para se proteger, com a velha constituição, contra a vontade constituinte nacional que ele próprio convocou. Não é só reverência a um gatilho montado pelo regime militar em 1969. Há sinais de desequilíbrio emocional na questão desconstituente, a que se lança o presidente Sarney. A desconfiança presidencial não é bom sintoma. No reverso da medalha, tudo vai bem, na melhor das economias, para essa dupla que acredita piamente no que cantarola em dueto. Sarney e Funaro ou Pangloss e Cândido.

Tirar o chapéu ao entulho constitucional não fazia parte dos pressupostos que levaram à convocação da Constituinte. A soberania dos constituintes não será aferida pela duração do mandato de Sarney, que muitos querem sanforizado. Pode lavar que não encolhe. No fundo, um e outros se merecem. Basta um pouco de elegância política, ao se fixar a data da eleição presidencial, para ficar resolvida a questão do mandato de Sarney. Já se sabe que será pelo voto direto, só não se diz quando. De preferência, assim que se apresentar a oportunidade natural. Demorando, pode-se providenciar. Agora, seria forçar a mão. Esse título vencido, protestado pela velha república, foi resgatado pela nova: o mesmo Sarney que o mandou a protesto, pelo PDS, providenciou o seu resgate um ano depois pelo PMDB. Democracia é assim mesmo. Veremos se cada povo tem também a constituição que merece.

Saberemos também se constituinte são realmente soberanas. Soberania não se discute: tem-se ou não. É também dispensável anunciá-la a cada momento. Quando se tem, demonstra-se. É como coragem. Quem faz muito alarde, quando precisa, sente que a gastou ou diz que a esqueceu em casa. Coragem que se refugia no bolso é o capital do quebrado.

Empataram, portanto, Sarney e a Constituinte. Ela, quando ciscou soberania para dentro, ele ao espalhar para fora a soberania do inadimplente indignado. Numa democracia, todos se merecem. Os eleitores acreditaram, no devido tempo, que uma assembléia constituinte se expressasse em movimentos ordenados como um espetáculo de ginástica em estádio. Desavisado engano. Nunca a instalação de uma constituinte pode se parecer com a abertura de uma Olimpíada. Bancadas de grandes partidos não são delegações de países, e as dos pequenos não se confundem com grupos folclóricos. Assembleias constituintes, como espetáculo, estão mais para o rodeio do que para o ballet clássico.

Soberanias e preferências pessoais, cada qual toma a dose que agüenta. Quanto mais os constituintes em estado de soberania efervescente discutem, menos sobra para usar. E a demora ainda tem o poder de corrosiva persuasão sobre o pobre estrepante. Infelizmente, poucos conseguem servir a duas constituintes. Devia haver uma a cada geração brasileira, até dar certo. O novato chega convencido de que é alguém credenciado pelo eleitor a manter relações pessoais com a História. O nível vai baixando durante os trabalhos e, no final, ele percebe já tarde que a História não escolhe interlocutores: vale-se dos que tem à mão.

O tempo — não o Governo — é o grande adversário da soberania. Mais cedo ou mais tarde, assembleias, — sejam quais forem — de condomínio ou constituinte, dão um jeito de encaminhar pela média as decisões, e não mediante soma das vontades que a animam. A nova constituição erguerá sua pedra fundamental junto à lápide onde for enterrada a razão de ser do autoritarismo. A constituição em desvigor é a certidão de batismo do regime militar. Falta o atestado de óbito, que a Constituinte está proibida de passar. Portanto, é uma dificuldade desconstituente o que existe.

Dois anos. Tudo ou nada? No que respeita aos hábitos políticos, a atual não poderia mesmo ser muito diferente da república anterior. O governo é, em boa e alta percentagem, constituído por gente que serviu à outra, e até hoje se dispensou de demonstrar arrependimento, mesmo insincero.

As facilidades dadas em retribuição pelos militares semearam dificuldades que os constituintes vão colhendo. Flo-

resceram, com o bom tempo, no prazo certo: na hora da Constituinte. Podia ser diferente? A nação apostou tudo que queria na eleição direta, para dar ao país um presidente legitimado. Esqueceu-se, porém, de providenciar o resto. Logo depois de eleitos foi que os constituintes se lembraram do resto e, por associação de idéias, acabaram chegando ao principal. Ficou claro que a promissória presidencial direta iria a protesto na Constituinte, do mesmo modo que escureceu um pouco do lado oposto. O problema, que foi contornado na oportunidade histórica, volta a ter uma nova oportunidade política que, olhando o relógio, o diabo prefere agora. Dos argumentos em circulação emana o característico cheiro de enxofre, da preferência de Lúcifer.

Vista de longe, do meio da multidão, a legalidade — ou o que se entenda eventualmente por ela — varia no espaço cada vez mais curto entre Sarney e a eleição direta. Quando? Quando tiver de ser, por impossibilidade de retardá-la. Sarney nunca se sentiu legitimado, mas se ressarcia com a popularidade, que também se safou. Esta é a hora do lobo constituinte. Tudo que digam os constituintes, de alguma forma já passou pela cabeça dos cidadãos. É o eleitorado que faz a cabeça dos que fazem leis.

O sentimento da legalidade — que fornece a inebriante leveza à cidadania — subiu instintivamente a todas as cabeças, há dois anos, para garantir a posse do vice José Sarney. Pouco importava, àquela altura, que não se tratasse de uma sucessão, tendo em vista que o Presidente realmente eleito não tomara posse. Logo, também, não houve sucessão. Sarney sobreviveu politicamente a Tancredo Neves. A reivindicação dos seis anos é o prolongamento do raciocínio de emergência que saltou etapas, mas a esta altura — sob novas condições políticas, sociais e econômicas — a reinterpretação exime-se de considerações jurídicas.

Estamos conversados? Ainda não. O que deixou de ser debatido há dois anos, pelo medo de que a verdade não conferisse com o desejo geral, se apresenta em pelo aos constituintes. **Diretas-já** queria implicitamente significar que, não sendo possível naquele momento, ficaria para a primeira oportunidade. Primeira, e não a última. Portanto, é tratar de criá-la. Naturalmente, se possível. Constitucionalmente, de preferência. Antes que a crise o faça.